

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

PUBLICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO EMANCIPAÇÃO SOCIALISTA

Nº 37 fev-mar/2026 R\$ 2



Redes sociais

DIANTE DO CAOS, SOMENTE A ALTERNATIVA SOCIALISTA



- 2** EDITORIAL: UM MUNDO INSEGURO E INSTÁVEL
- 3** IMPACTOS DO COLAPSO AMBIENTAL NO RIO DE JANEIRO
- 4-5** CONHEÇA ALGUMAS PROPOSTAS DE EMANCIPAÇÃO SOCIALISTA
- 6** NENHUMA A MENOS: PELO FIM DO FEMINICÍDIO E DO CAPITALISMO
- 8-9** A CAPTURA DO FUNDO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO PELO GRANDE CAPITAL
- 10** "MAL MENOR" PARA ENFRENTAR A EXTREMA-DIREITA?

O MUNDO CADA VEZ MAIS INSEGURO E INSTÁVEL: URGENTE UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA DOS TRABALHADORES

Este janeiro de 2026 ficará marcado na história. Na madrugada do dia 3, numa ação extremamente rápida e eficiente, os Estados Unidos bombardearam a Venezuela – depois de semanas de cerco a navios e petroleiros –, invadiram sua soberania aérea e com relativa facilidade sequestraram o Presidente e sua esposa Cilia Flores. Foi uma ação até então sem precedentes na América do Sul, região que os Estados Unidos atuavam com pressões econômicas, apoio logístico a ditaduras, espionagem, etc. Foi anunciada a morte de 100 pessoas na operação e os bombardeios em Caracas não foram pequenos. Tudo indica algum grau de colaboração de um setor do regime chavista para que tal sucesso fosse alcançado, sem baixas por parte do imperialismo.

Trump não está preocupado com a “democracia” nem qualidade de vida dos venezuelanos e tem sido sincero neste ponto: deseja o controle do petróleo local e ocupar um novo espaço na geopolítica internacional. O imperialismo assume com Trump um perfil de grande agressividade e descompromisso com normas internacionais, mesmo com a reacionária OTAN e muito mais ainda com a ONU e suas instituições.

Após o sequestro, Maduro e Cilia foram levados a Nova York onde devem ser “julgados” de forma ilegítima, visto que os Estados Unidos não representam uma Corte internacional com poderes planetários.

Trump também enfrenta protestos internamente contra as ações policiais contra os

imigrantes. Minneapolis é onde ocorre as maiores e mais radicais manifestações contra essa política racista. Além da questão dos imigrantes, Trump sofre um forte desgaste em todas as áreas. 58% das pessoas consideram o 1º ano do mandato como fracasso.

Também no início do ano, mais uma onda de protestos atingiu o Irã. O ultrarreacionário regime teocrático enfrentou a ação de milhões de pessoas em várias partes do país. Inicialmente movidos pela causa econômica, rapidamente a política entrou na pauta dos protestos. As manifestações começaram nos bazares de Teerã contra a inflação desenfreada e logo se espalharam. A inflação disparou nos últimos dias somado à falta de alimentos nos mercados. O governo não conseguiu contornar tal crise e teve que enfrentar um setor historicamente leal ao regime: os “bazaaris”, que são comerciantes tradicionais do país – conhecido pela tradição comercial dos persas-, lojistas e artesãos que controlam os grandes bazares cobertos nas cidades do Irã. Em média, representam uma classe média alta e conservadora, com profunda influência política e econômica no país e sua participação neste tipo de protesto é também uma novidade.

A repressão do regime dos Aiatolás levou a milhares de mortos, um número ainda desconhecido, mas que pode ultrapassar os 6 mil. Milhares foram presos e o regime aparentemente conseguiu controlar a situação depois de uma brutal ação repressiva. Durante o protesto, defensores da antiga Monarquia, imperialistas e sionistas também disputaram os rumos da luta e se posicionaram em cínica



“solidariedade”. Parece evidente que ninguém tem o controle absoluto da situação e não surgiu uma alternativa de massas aos já conhecidos inimigos do povo iraniano.

O que parece bem provável é que 2026 será um ano de grande instabilidade global (política e econômica) e que o mundo está cada vez mais inseguro: a crise estrutural do capital leva ao aprofundamento das disputas comerciais, mais guerras e polarizações.

Gaza segue o martírio imposto pelo sionismo e a Rússia continua sua agressão expansionista na Ucrânia visando sufocar o país, muito além das zonas em disputas no leste. Cabe incluir o colapso ambiental que avança sem freios, levando ao frio recorde no norte do planeta, forte calor em outras regiões e grandes eventos climáticos altamente destruidores para os espaços urbano e rural.

Seguimos opinando que falta uma alternativa da classe trabalhadora no país e em termos internacionais que possa fazer a disputa por fora dos interesses mercantis e da rapina capitalista. Este imenso desafio de construção também estará colocado para 2026 e pelo próximo período. Vamos lutar e militar por isso.

O COLAPSO AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS NO RIO DE JANEIRO

O desenvolvimento industrial capitalista legou para toda a humanidade, fauna, flora, rios uma herança de aquecimento do globo, degelo dos polos, aumento do nível do mar, extinção de espécies de animais e plantas. Além de guerras que sustentam a catástrofe e aumentam a destruição.

Colapso ambiental pelo mundo

O efeito estufa é natural, são os gases que o produzem e mantêm a Terra habitável. É o aumento da emissão desses gases (poluição, atividade industrial descontrolada, etc.) é que provoca o aquecimento global, este sim um problema grave. E é no Brasil onde mais sentiremos as altas temperaturas, juntamente a Laos, Sudão do Sul, República Centro-Africana e Nigéria.

Em janeiro, o ciclone Harry devastou o sul da Itália, especialmente a Sicília e a Calábria. Logo em seguida, a tempestade Ingrid causou ventos e nevasca em Portugal e Espanha e a tempestade Kristin matou 5 pessoas em Leiria, Portugal. Na Rússia, pessoas ficaram presas em suas casas devido ao volume de neve, anormal.

Na gelada Patagônia, a temperatura chegou a perto de 40°C no fim do ano passado. Em Nova Iorque a temperatura chegou a -40°C. As pessoas sofrem por terem de lidar com fenômenos com os quais não estão acostumadas.

Esse quadro é a expressão do colapso ambiental que o mundo está presenciando. Colapso ambiental é mais que uma crise climática, são várias crises ambientais que se encontram. E os pobres (classe trabalhadora, indígenas, quilombolas, negros) são os mais vulneráveis e penalizados, pois vivem em condições mais precárias. Esse é o sistema capitalista.

Os bombardeios israelenses sobre Gaza, que aumentou

terrivelmente desde outubro de 2023, por exemplo, joga poluentes no ar colocando-o acima de 100 nações no ranking anual de emissão de gases de efeito estufa. Além da fome extrema à qual os palestinos estão sendo submetidos, as fontes de água potável diminuíram.

As consequências do colapso ambiental no Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro iniciou 2026 com alerta de ressaca em toda a sua orla. Um turista desapareceu no mar e o número de resgates de afogamentos foi elevado. Logo após esta, nova ressaca. Nos últimos anos tem sido assim: episódios do mar invadindo ruas em Itaipuaçu (Maricá) e Leblon, zona sul carioca.

Outro impacto do colapso ambiental constante e que aterroriza o Rio de Janeiro é o calor. A sensação térmica já chegou próxima a inacreditáveis 62,5°. As sucessivas ondas de calor mostram como a temperatura média está muito acima de outros lugares.

Nos últimos dias as chuvas alagaram ruas e avenidas, invadiram casas e ameaçam as moradias mais precárias. A população de rua sofre com a política de higienização fascista: na capital, chafarizes são desativados para evitar o banho e não há bebedores públicos. É comum ver pessoas pedindo um copo de água e lojistas negando. Pelos efeitos do excesso de calor no corpo, os serviços de saúde superlotam.

Nos últimos 60 anos, em algumas regiões do Brasil, a temperatura já subiu 3 graus. Devido à intensa urbanização, o Rio de Janeiro é um dos lugares onde a temperatura subiu mais, com constante sensação de abafamento. Esse é o Rio de Janeiro em tempos de colapso ambiental.

Mais uma pauta de luta...

Água como direito de todos



é uma exigência que a classe trabalhadora precisa fazer. Em cidades europeias a água potável chega em qualquer pia, mas os vulneráveis em suas ex-colônias são privados dela.

É urgente que a classe trabalhadora fluminense se organize cobrando protocolos de segurança. Uma solução seria a instalação de climatizadores nas salas de aula, amenizando os efeitos para professores e alunos e nos dias de calor extremo.

O desafio diante da classe trabalhadora é grande: exigir que trabalhos ao ar livre não sejam executados nos horários de calor extremo, que quando o deslocamento for perigoso se possa alterar a entrada ou saída do trabalho, que os transportes públicos circulem mais, com menos passageiros e climatizados.

Nas praias cariocas, ao final de 2025, houve divulgação de protocolo de segurança para banhistas e praticantes de esportes ao ar livre. Porém, ambulantes e guardadores de automóveis, atividades extremamente precarizadas, ficam expostos ao sol forte para ganhar algum dinheiro.

Que as escolas públicas e universidades cuidem de seus estudantes: oferecendo alimentação leve, água, ambientes ventilados e cuidados em caso de exaustão térmica. Mas a realidade atual são salas de aula quentes e lotadas.

Todas estas exigências são apenas paliativas. É necessário um novo sistema. A produção industrial desenfreada do capitalismo vai levar o planeta à morte.

UM PROGRAMA PARA A REVOLUÇÃO. VEM COM A GENTE!

1 Capitalismo é exploração

A riqueza do mundo é feita pela classe trabalhadora, mas é apropriada pela burguesia. Para a classe trabalhadora só pobreza, desemprego, trabalho extenuante, falta de moradia e uma vida de sofrimento. O capitalismo só sobrevive explorando a força de trabalho e essa exploração é garantida com a burguesia controlando as instituições do Estado (polícia, judiciário, etc.). E a potencialidade humana é reprimida, transformando os seres humanos em meros objetos de acumulação de valor.

Esse sistema não pode ser controlado e nem “humanizado”, pois sua lógica é a busca do lucro acima de qualquer coisa. Só a classe trabalhadora, que domina o ‘saber fazer’, pode reorganizar a produção da riqueza social voltada para as necessidades humanas. Mas, para isso, será necessária uma Revolução e “expropriar os expropriadores”.

Essa é a nossa batalha para construir uma organização para ajudar a classe trabalhadora a desenvolver uma consciência, se organizar e romper com esse sistema de exploração.

2 A crise estrutural do capital

É próprio do sistema ter várias contradições, mas ele entrou numa fase que chamamos de crise estrutural: ele já não pode administrar essas contradições sem se tornar crescentemente destrutivo.

As crises econômicas são a principal contradição do sistema e com algumas medidas ele conseguia deslocar as contradições (as guerras mundiais, políticas públicas, etc.) e ter alguma estabilidade. Já na crise estrutural, essas medidas perderam eficácia e as crises permanecem cada vez mais graves.

É o caráter destrutivo da produção capitalista: aumento excessivo da produção e do consumo

(que esgota a natureza), indústria de armas de destruição em massa entram em cena, guerras.... tudo pondo a humanidade em risco.

3 Colapso climático: o capital nos leva para o precipício

O mundo está à beira do colapso ambiental como consequência do modo do capital produzir. Esse entendimento é importante, pois há quem simplesmente negue o problema ou quem acha que pode ser resolvido na esfera da política. Para nós, qualquer resposta efetiva exige a ruptura com o capital.

O colapso ambiental é um nível acima da crise climática: é o aquecimento global ultrapassando as marcas aceitáveis, o frio e o calor extremos, a poluição das águas, do ar e do solo, a desertificação, a perda da biodiversidade, desequilíbrio climático, catástrofes, etc. Já estamos em ponto de ‘não retorno’ em vários aspectos e é preciso agir.

4 Reforma e Revolução

Guerra, desigualdade, exploração, colapso ambiental, etc. expressam a lógica desse sistema e não é possível “consertar”. Para nós, esse sistema é podre. Há quem aposte no caminho eleitoral, acumulando forças para buscar mudanças via parlamento. É um caminho sem saída, pois o poder não está no parlamento, mas com os banqueiros e grandes empresários. Tem ainda os Tribunais, a polícia e altos oficiais das Forças Armadas, ou seja, quem manda de fato não é eleito: assim é a democracia dos ricos e para os ricos.

Na história setores de esquerda já ganharam eleições, mas logo traíram fazendo o jogo do sistema ou sofreu algum tipo de golpe. A burguesia não aceita nada progressivo. Não lutamos para reformar as instituições do Estado, mas para derrubá-las. Lutamos pela Revolução para substituir o Estado capitalista



por organizações baseadas nos Conselhos de trabalhadores, os quais passam a decidir coletivamente como a sociedade deve ser organizada.

5 Pela institucionalidade nada se consegue

A democracia burguesa tentar cooptar até mesmo correntes de esquerda e oferece as benesses do parlamento e muitas vezes consegue. A hipotética presença da esquerda anticapitalista no parlamento deve ser vista com muitas ressalvas. Primeiro é preciso entender que a essência do parlamento é legislar para burguesia; segundo, só votam leis contra o povo; terceiro, as poucas leis favorecendo o povo é fruto da luta e da mobilização.

O que defendemos nos períodos eleitorais? Como organização, a **cada eleição definimos uma tática, ou seja, como melhor debater com a classe trabalhadora sobre as nossas propostas. Sabemos que elas nunca serão aprovadas no parlamento porque são medidas radicais para resolverem os problemas sociais. Também definimos o nosso posicionamento sobre as candidaturas. Nas últimas eleições batalhamos pela unidade da esquerda anticapitalista (PSTU, PCB, UP), mas não tivemos êxito, decidimos pelo voto nas candidaturas do PSTU (mesmo tendo divergências).**

6 Anticapitalistas e Socialistas

Começamos por desmontar o mito de que o socialismo e o comunismo nunca deram certo. Primeiro, porque nunca houve um país socialista. O mais próximo foram os primeiros anos da Revolução Russa, quando os soviets (conselhos eleitos pelos operários, soldados e camponeses e com

mandatos revogáveis) governavam a Rússia revolucionária.

Outros países que chegaram a expropriar a burguesia (China, Cuba, Vietnam, etc.) não avançaram para o socialismo, incluímos os países da Europa onde o “Exército Vermelho fez a revolução”. Faltou a classe trabalhadora no poder e uma burocracia controlava o Estado. **E socialismo é necessariamente a classe trabalhadora no poder.**

No caso da URSS, as mudanças começaram quando a burocracia, liderada por Stalin, assume o poder e coloca fim aos soviets, os diretores das empresas deixam de serem eleitos pelos trabalhadores, o partido é único e a burocracia vai acumulando privilégios e os trabalhadores ficam de escanteio. A partir desse momento, o caminho para o socialismo é interrompido.

No socialismo há ampla liberdade para trabalhadores, o planejamento econômico é democrático e votado pelos Conselhos, não há privilégios para os dirigentes. Muito diferente do “socialismo real” (URSS, Alemanha Oriental, etc.), países com a economia estatizada, mas que a exploração e opressão sobre os trabalhadores era real.

7 Independência de classe

As dificuldades da luta revolucionária e a ofensiva da extrema-direita é uma pressão sobre os militantes e muitos passam a defender alianças “com deus e o diabo” para derrotar a extrema-direita. É um sentimento compreensível, mas leva ao fracasso.

O caso mais emblemático é o governo Lula e o PT. Ambos cresceram politicamente na luta, mas foram mudando as propostas até se tornarem “aceitáveis” para os empresários. E Lula só foi eleito quando se provou confiável para a burguesia. Já é o quinto mandato e o máximo foram alguns programas sociais, mas a essência continua a mesma, inclusive a política econômica se manteve neoliberal.

Também a CUT (e as demais centrais) se tornou “chapa branca” e virou uma correia de transmissão

da política do governo, mesmo essa política sendo contra a classe trabalhadora. Para nós, a independência de classe é um princípio, ou seja, não se negocia. É uma das principais questões do nosso programa, de batalhar para a classe trabalhadora se organizar de forma independente da burguesia.

8 Oposição de esquerda ao governo Lula

Nós avaliamos os governos petistas como governos burgueses e de política econômica neoliberal. Corta verbas para serviços públicos e alivia para banqueiros. O MEC está cheio de empresas privadas de educação e seguiu com as privatizações. Na área ambiental é mais discurso do que prática. A mais grave é a liberação da extração de petróleo na Foz do Amazonas.

Os povos indígenas continuam sendo atacados pelos grileiros do agronegócio e a reforma agrária não saiu das promessas. Mesmo sendo um governo burguês, o governo Lula não é igual os da extrema-direita, pois há mais mediações e se apoia no movimento social.

Por essas razões **somos oposição ao governo Lula, mas uma oposição de esquerda.** Defendemos um programa radical de ruptura com o sistema e lutamos junto com a classe trabalhadora e da juventude. Lula e o PT são parte desse sistema explorador. Nessa oposição não nos aliamos à oposição burguesa, nem aos liberais ou à extrema-direita.

9 Acabar com toda forma de opressão

Além da exploração direta do trabalhador, o capitalismo também usa a opressão como forma de poder. São várias formas: machismo, racismo, LGBT+fobia, etarismo, entre outras formas de opressão.

As diferenciações entre pessoas servem para de desqualificá-las e pagar salários menores e aumentar a exploração, além de nos dividir, colocando uns contra os outros.

É importante entender que a luta

contra as opressões é parte da luta contra o capitalismo: a luta contra o machismo não é uma luta só das mulheres, mas também dos homens, heteros precisam se colocar contra a LGBT+fobia e brancos contra o racismo. São lutas de todos os explorados.

10 A Revolução no Brasil é socialista

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem como base o modelo agroexportador, enviando produtos agrários e matéria prima para os países desenvolvidos e importando produtos industrializados. Essa combinação tornou a economia brasileira dependente dos países centrais.

Esse processo explica porque o país é tão pobre, quando poderia ser uma potência. Ou seja, o subdesenvolvimento daqui garante o desenvolvimento dos países imperialistas. Por isso, é impossível o Brasil se tornar um país “rico”. Essa estrutura criou um país muito desigual, com uma pequena parcela rica e a imensa maioria pobre e superexplorada. A mudança dessa realidade só pode vir pela Revolução Socialista e com a expropriação dos grandes capitalistas.

Venha construir a Emancipação Socialista

As lutas salariais, em defesa da Educação, o direito à moradia, etc. são lutas importantes para melhorar a vida, mas não batem de frente com o sistema. É o caso da luta pelo salário, valoriza a força de trabalho, mas não ataca a exploração do trabalho, a base do capitalismo.

Nós travamos várias lutas, mas a principal é pela Revolução Socialista, para mudar o sistema. Lutamos para construir Emancipação Socialista, mas não nos consideramos “a” Organização Revolucionária e sim parte de um movimento no qual, em algum momento, os revolucionários se unirão em algo mais forte do que todos nós separadamente.

Venha construir uma sociedade socialista!

A PRIVATIZAÇÃO ESTRUTURAL DA EDUCAÇÃO E A CAPTURA DO FUNDO PÚBLICO PELO GRANDE CAPITAL

Longe de constituir uma anomalia ou um desvio circunstancial, a transferência sistemática de recursos públicos para o setor privado da Educação expressa uma estratégia estrutural do Estado capitalista brasileiro.

Sob o governo Lula, essa dinâmica se mantém e se aprofunda por meio de isenções fiscais, financiamentos diretos, parcerias público-privadas e mecanismos indiretos de subsídio ao capital educacional, revelando a permanência da lógica neoliberal mesmo sob uma retórica progressista.

Diversos programas privados e instituições filantrópicas operam como canais privilegiados de apropriação do fundo público educacional, sobretudo por meio de parcerias com o MEC, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e convênios vinculados ao Fundeb, especialmente nas áreas da Educação infantil e da Educação especial.

Essas políticas reforçam a substituição da oferta estatal direta por arranjos privatistas, deslocando a responsabilidade do Estado e transformando o direito à Educação em um serviço mediado pelo mercado.

No âmbito da Educação superior pública, os orçamentos federais previstos para 2025 e 2026 evidenciam um processo contínuo de estrangulamento financeiro das universidades federais.

Tal cenário é marcado por recomposições orçamentárias pontuais e insuficientes, pela crescente dependência de emendas parlamentares e pela ausência de um projeto consistente de financiamento público.

Verbas públicas e o destino privatista

Em 2025, a dotação destinada para 69 universidades federais foi fixada em aproximadamente R\$ 6,82 bilhões, valor claramente incompatível com as demandas estruturais e com a elevação permanente dos custos de funcionamento dessas instituições.

Para 2026, o Congresso Nacional aprofundou esse processo ao aprovar uma nova redução orçamentária, fixando o montante em R\$ 6,43 bilhões, uma queda de cerca de R\$ 390 milhões em relação ao valor inicialmente previsto para 2025. Essa redução intensifica a asfixia financeira das universidades federais e compromete seu funcionamento regular, afetando diretamente atividades de ensino, pesquisa e extensão. O impacto é particularmente perverso sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil, que sofreu um corte aproximado de R\$ 100 milhões, atingindo justamente os estudantes oriundos das classes trabalhadoras e aprofundando os mecanismos de exclusão social no interior da universidade pública.

A sanção do orçamento de 2026 pela União, acompanhada de vetos que somam cerca de R\$ 400 milhões, explicita a centralidade conferida ao chamado “equilíbrio fiscal”, um conceito funcional aos interesses do capital financeiro, em detrimento do financiamento das políticas sociais. Trata-se de uma escolha política que subordina a Educação pública à lógica do ajuste fiscal permanente, transferindo às universidades o custo de uma política econômica que prioriza



o pagamento da dívida pública e a estabilidade dos mercados, em detrimento do desenvolvimento científico, social e soberano do país.

FIES e PROUNI

Em contrapartida, o FIES e o PROUNI consolidam-se como instrumentos centrais de transferência direta e indireta de recursos públicos para a iniciativa privada na Educação superior. Sob a justificativa de ampliar o acesso ao ensino superior, tais programas operam como mecanismos de sustentação financeira de conglomerados educacionais privados, muitos deles controlados por fundos de investimento e orientados pela lógica da maximização do lucro.

O ProUni, ao funcionar por meio da isenção tributária concedida às instituições privadas, configura-se como uma forma explícita de renúncia fiscal, na qual o Estado abdica de arrecadar recursos públicos para garantir a rentabilidade do setor privado. Estimativas apontam que o custo acumulado dessa política já ultrapassa R\$ 13 bilhões desde a criação do programa, com gastos anuais superiores a R\$ 1,27 bilhão, evidenciando a prioridade conferida ao financiamento do capital educacional em detrimento da expansão da rede pública.

No caso do Fies, o comprometimento do fundo

público é ainda mais evidente. O governo federal destina anualmente bilhões de reais ao programa, com despesas que variam conforme renegociações de dívidas e novos contratos. Em 2024, o orçamento atualizado superou R\$ 6,4 bilhões, com liquidação acima de R\$ 4,7 bilhões. Parte expressiva desses recursos, cerca de R\$ 3,7 bilhões, foi direcionada a cursos de medicina com baixa avaliação, conforme dados recentes do jornal Estadão, revelando a subordinação da política educacional aos interesses mercantis, mesmo quando os resultados acadêmicos são questionáveis.

No que se refere à Educação básica, o discurso oficial de fortalecimento do Fundeb oculta uma contradição estrutural. Para 2026, a receita estimada do fundo será composta por R\$ 301,1 bilhões provenientes de estados, municípios e do Distrito Federal, enquanto a complementação da União será de R\$ 69,2 bilhões.

Embora esse aporte represente um aumento nominal em relação a 2025, a União mantém um papel secundário no financiamento da Educação básica, transferindo a maior parte da responsabilidade financeira aos entes subnacionais, frequentemente mais frágeis do ponto de vista fiscal.

Projeto Educacional da Burguesia e a destruição da Educação Pública

Paralelamente, observa-se a intensificação da transferência de recursos educacionais para

grandes corporações tecnológicas. Em apenas um ano, o poder público brasileiro gastou entre R\$ 9,3 bilhões e R\$ 10 bilhões com produtos e serviços de Big Techs como Microsoft, Google, Oracle e Amazon. Esses recursos são destinados principalmente à aquisição de licenças de software, serviços de computação em nuvem e sistemas de gestão educacional.

Em São Paulo, o governador da extrema-direita, Tarcísio de Freitas, e a SEDUC gastaram quase R\$ 500 milhões com plataformas privadas, aprofundando a dependência tecnológica da Educação pública em relação a grandes monopólios globais.

Esse processo revela não apenas uma privatização, mas a consolidação da plataforma da Educação, que redefine a organização escolar, a gestão educacional e as práticas pedagógicas.

Tal dinâmica compromete a autonomia docente, intensifica a vigilância e a coleta de dados de estudantes e professores e subordina o processo educativo a uma racionalidade tecnocrática, orientada por métricas, algoritmos e metas, em detrimento da formação crítica e emancipadora.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) na Educação básica constituem outro eixo central desse avanço privatista. Entre contratos firmados e projetos em estruturação, os investimentos previstos ultrapassam R\$ 6 bilhões.

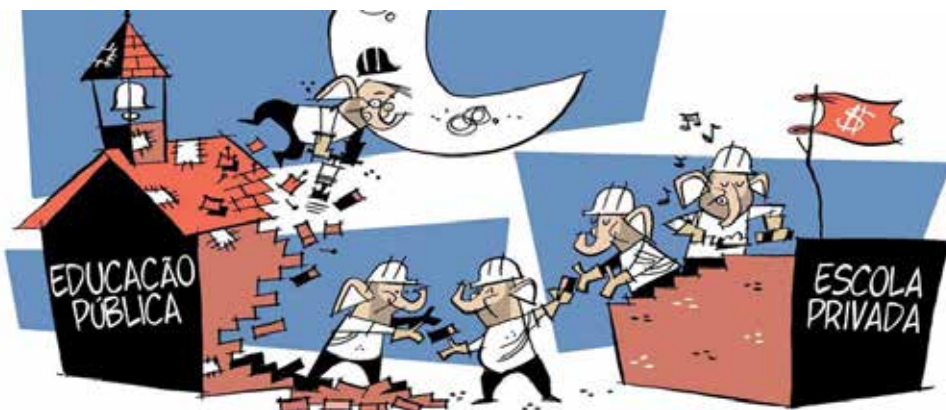
Em Minas Gerais, com o bolsonarista Romeu Zema, esse o

modelo foi amplamente adotado, com a previsão de R\$ 4,5 bilhões para a implementação de PPPs na rede estadual. O crescimento desse mecanismo, com o número de projetos saltando de 57 para 151 entre 2024 e abril de 2025, evidencia a consolidação da lógica de mercado na gestão da Educação pública, convertendo escolas em ativos financeiros e abrindo novos nichos de acumulação para o capital.

Por fim, o denominado “Sistema S” representa uma das formas mais consolidadas de apropriação do fundo público por entidades privadas. Apenas em 2023, essas instituições absorveram cerca de R\$ 26,92 bilhões, provenientes de contribuições compulsórias sobre a folha de pagamento das empresas. Arrecadados pela Receita Federal e repassados automaticamente, esses recursos escapam a mecanismos rigorosos de controle social e avaliação pública.

Embora parte seja destinada à Educação básica e à formação profissional, o volume expressivo de verbas e a ausência de transparência reforçam o caráter corporativo desse sistema, amplamente protegido de disputas orçamentárias e de questionamentos democráticos.

Em síntese, os governos e a política educacional brasileira não atendem ao Projeto Educacional da Classe Trabalhadora e evidenciam um movimento contínuo de privatização direta e indireta, no qual o Estado atua como mediador dos interesses do capital, transferindo recursos públicos para empresas, fundações e conglomerados privados. Tal dinâmica reforça a mercantilização da Educação pública, aprofunda as desigualdades sociais e compromete o caráter público, universal e emancipador da escola e da universidade, subordinando o direito à Educação às exigências da acumulação capitalista.



8 DE MARÇO: NEM UMA A MENOS! PELO FIM DO FEMINICÍDIO E DO SISTEMA CAPITALISTA



O final de 2025 e início de 2026 foram marcados por muitos casos de feminicídio que repercutiram pelas mídias de alta circulação. O que essas grandes empresas de mídias não contam é que a violência contra mulher é um dos pilares de manutenção do sistema capitalista. Por isso, o 8 de março de 2026 também se apresenta não somente como uma data em memória das mulheres mortas da classe trabalhadora, mas como um grito de socorro e uma convocação urgente para que na luta de classes não aceitemos nem uma a menos.

Ao olharmos para os números absurdos de 2025, somos confrontadas com a face mais bárbara da realidade brasileira: o país encerrou o último ano consolidando o recorde de 1.518 feminicídios, significando que a cada seis horas uma mulher foi assassinada pelo simples fato de ser mulher.

Esses dados mantêm o Brasil ancorado na vergonhosa posição de quinto país do mundo que mais mata mulheres, sendo o primeiro no ranking de morte de mulheres trans, o que mantém a expectativa de vida destas em 34 anos. Evidenciam também o estágio atual que se encontra o capitalismo: no acirramento da barbárie.

Isso se dá tanto pela intensificação do machismo, do racismo e da homofobia com ascensão da política reacionária da extrema-direita que faz violentos ataques recorrentes aos direitos das mulheres, quanto pelos infundáveis retrocessos sociais-democratas que contribuem para a manutenção dessa realidade que explora, oprime e tira o direito à vida.

Na verdade, nessa sociedade dividida em classes toda essa barbárie também é utilizada absurdamente como tática eleitoral em que governos da burguesia reprimem severamente quem se opõe à qualquer ação anticapitalista.

“O objetivo final das proletárias não impede, é claro, o desejo que têm de melhorar a sua situação no âmbito do sistema burguês existente. Mas a realização desses desejos é constantemente prejudicada por obstáculos decorrentes da própria natureza do capitalismo. Uma mulher só poderá ter direitos iguais e ser verdadeiramente livre apenas em um mundo onde o trabalho é socializado, harmônico e justo.” Kollontai, 1907.

Lutar contra o Capitalismo é sobretudo lutar contra o patriarcado

O sistema capitalista necessita do patriarcado para manter a subordinação e aumentar a exploração feminina, para garantir a tripla jornada de trabalho, os baixos salários, empregos preconizados, a responsabilização pela criação e educação dos filhos e a manutenção do lar.

Quando as mulheres tentam romper o ciclo da dependência econômica ou afetiva, o homens intensificam as várias formas de violências do sistema capitalista e ambos não aceitam a autonomia dos corpos que explora de diferentes formas. O feminicídio tem sido entendido, portanto, como o ponto final de uma linha de opressão, repressão e exploração.

A realidade de 2025 mostrou que somente o endurecimento de penas, embora necessário, jamais combate a impunidade e jamais ataca a raiz do problema. Como dissemos, a intensificação da exploração e da opressão são necessárias para a gerência da crise do capital.

Nessa realidade, a burguesia e seus governos seguem impondo os altos lucros e o Estado segue funcionando para isso com um ajuste fiscal que arranca nossos direitos, com o pagamento de uma dívida pública que não é nossa e sem medidas que favoreçam as vidas das mulheres da classe trabalhadora.

Assim, não há para as mulheres da classe trabalhadora, sequer, o direito à proteção da vida. O orçamento público é drenado por todos os governos para

favorecer a burguesia, deixando de criar ou expandir as redes de proteção, casas-abrigo e os centros de referência para socorrer as mulheres violentadas mesmo com o aumento vertiginoso dos feminicídios.

As pautas das mulheres é a de toda classe trabalhadora

O aumento da exploração, da opressão e as várias formas de violência buscam manter a dependência econômica, que é um cárcere para as mulheres da classe trabalhadora.

Por isso, as lutas pelo fim da escala 6x1, pela redução da jornada de trabalho, por direitos trabalhistas, pelos melhores salários estão intrinsecamente relacionadas à sobrevivência da mulher trabalhadora, ao direito ao tempo, à integridade física e mental.

Neste 2026, reafirmamos que a luta contra o feminicídio é indissociável da luta antirracista e anticapitalista. As estatísticas seguem apontando que são as mulheres negras e periféricas as maiores vítimas da negligência estatal e da violência direta.

A emancipação das mulheres exige uma profunda transformação dessa sociedade que mercantiliza a vida, que não aceita, sequer, a socialização das tarefas domésticas entre todos e todas, das creches e lavanderias públicas, dos cuidados e que, sequer, permite uma responsabilidade coletiva.

Somente derrubando as estruturas que lucram com a exploração, opressão e com todas essas violências poderemos transformar a nossa realidade no país, que é o quinto que mais mata mulheres, e essa realidade que é mundial!

Assim, não iremos sucumbir e caminharíamos em luta até que a vida valha mais do que a propriedade e o lucro.

Essa luta, no entanto, não pautamos no feminismo liberal, aliado ao capitalismo, que entende apenas a importância da ascensão de mulheres ao topo da pirâmide exploradora. É difícil apontar um único evento na história da luta das mulheres proletárias para melhorar suas condições materiais em que o movimento feminista burguês tenha contribuído significativamente, como

escreve a revolucionária Alexandra Kollontai. Reafirmamos, portanto, que cada avanço no padrão de vida e cada direito arrancado do Estado são resultados dos esforços da classe trabalhadora em geral e principalmente das mulheres proletárias. A história da luta por uma vida digna não se separa da história do proletariado pela sua própria libertação; lutar contra o feminicídio é também lutar contra esse sistema que transforma a força de trabalho em mercadoria e a vida da mulher em um recurso descartável.

Por fim, que o 8 de março e

as lutas das mulheres da classe trabalhadora rompam esses limites e imponham que a mulher seja plena em sua individualidade e em sua coletividade classista, que possam abrir os caminhos para a destruição da estrutura que busca nos reduzir à mercadoria. E que possamos impedir como todas as forças que nenhuma de nós seja enterrada sob o peso da tradição patriarcal, do lucro desenfreado e do capital. A luta contra o feminicídio deve ser anticapitalista! Não seremos livres sob um sistema que comercializa nossa vida!

O CUSTO DE VIDA CADA VEZ MAIOR!

Nas últimas décadas, os trabalhadores não viram melhorias reais em suas vidas. Pelo contrário, a precarização, o desemprego e a desigualdade avançaram. Mas, e o direito de comer, de trabalhar, de estudar, de ter acesso à cultura, ao lazer?

O custo de vida no Brasil, em 2025, tem preocupado cada vez mais os brasileiros. Por exemplo, alimentos como arroz, feijão e carne tiveram alta expressiva; o transporte público também ficou mais caro com reajustes nas tarifas e aumento da gasolina.

É algo que se observa em outros países também. Recentemente, no Irã, comerciantes, insatisfeitos com o alto custo de vida no país iniciaram protestos e logo foram seguidos por estudantes que se integraram à mobilização, protestando pelas ruas.

No Quênia, o governo criou e aumentou impostos sobre o pão e sobre veículos, levando milhares de pessoas às ruas, inclusive incendiando o Parlamento. Mesmo com forte repressão que deixou ao menos 50 mortos pela polícia, o presidente foi obrigado a retirar as leis de austeridade exigidas pelo FMI.

Na Nigéria, o governo também implementou um plano econômico apoiado pelo FMI com medidas que dispararam o custo de vida. A resposta da classe trabalhadora foi greve por aumento salarial. Poucos meses depois, as ruas foram tomadas por jovens que protestando contra a precarização do trabalho, o desemprego e o aumento do custo de vida.

Esses exemplos demonstram como a subordinação aos interesses imperialistas e do sistema financeiro leva a uma profunda desigualdade social contra os de baixo. O capitalismo no mundo entrega exatamente o que foi construído: lucros para bancos, petrolíferas, mineradoras e latifundiários.

Essa é a lógica do capitalismo. Para um vida melhor, lutemos para derrubar esse sistema.

GREVE NACIONAL PETROLEIRA: PRINCIPAL LUTA DO PAÍS EM 2025

Em dezembro/2025, a categoria Petroleira organizou e construiu a maior Greve Nacional nos últimos anos.

As reivindicações básicas? Reajuste real do salário; Plano de cargos, carreira; redução da jornada; melhoria das condições de trabalho; garantia de direitos dos aposentados.

A proposta inicial da Petrobrás e do governo? Reajuste de 0,5% e sem reposição das perdas; aumento da jornada; nenhum diálogo com aposentados; privatização da PBio.

Depois de várias tentativas de diálogo com a empresa e sem insistir em teimar com a maioria da direção conciliadora da FUP, Petroleiros e Petroleiras tiramos as luvas, arregamos as mangas, fomos para a greve e enfrentamos o governo, a presidente da Petrobrás e os acionistas.

A negativa da Magda Chambriard em atender a categoria e o descaso do governo Lula com a greve e com as reivindicações dos Petroleiros sacudiram os bolsos dos que exploram toda a riqueza produzida por nós.

Esses que lucram com toda a produção da Petrobrás, nesse mesmo mês, estavam acertando as datas para o recebimento dos ganhos de mais de R\$ 12 bilhões.

A disposição de luta da categoria (como em MG, Litoral Paulista, Rio de Janeiro, Norte Fluminense, etc.) demonstrou que as lutas e a força das greves ainda são as únicas formas da classe trabalhadora dizer que não aceita “produzir muito e receber pouco”.

A adesão, construção e união na greve, além de mostrar a nossa insatisfação com a perda de direitos

e a falta de reajuste salarial, provaram que a luta é coletiva e independente de qualquer governo. E que a luta deve ser encabeçada pelos próprios Petroleiros/ Petroleiras, sem se submeter às direções sindicais pelegas que “jogam a toalha”, “correm no primeiro tapa na mesa”, freiam as lutas e acabam com as greves.

Essa greve também contou com a solidariedade de outros trabalhadores/ trabalhadoras que sabem que se juntarmos a nossa força de trabalho com a nossa união poderemos derrubar grandes empresários, acionistas e os ladrões da riqueza nacional.

Entendemos também que a nossa unidade de ação na construção das lutas da classe trabalhadora poderá conquistar direitos, emprego, Saúde, Educação, moradia e com preservação ambiental. E poderá impedir, na luta, a produção que destrói vidas e o meio ambiente para bancar acionistas e sustentar os altos lucros.

E ficou evidente que a FUP, a Petrobrás e Lula fingem não saber que sem greves, mobilizações as lutas da classe trabalhadora não terá transição energética, biocombustível, parque de refino, processamento de gás, etc., com a preservação ambiental e da vida no planeta; não vai ter a derrota da extrema-direita e do imperialismo; nem vai ter a garantia da soberania nacional.

A disposição de luta da categoria petroleira não acabou!

Conquistar as reivindicações da Categoria e construir as lutas com toda a classe trabalhadora, essa é a nossa pauta para próxima Eleição Sindical da Categoria Petroleira!

O DISCURSO DO "MAL MENOR" E AS DERROTAS HISTÓRICAS DOS TRABALHADORES

A discussão do “mal menor” dentro da esquerda internacional e brasileira é antiga e já provocou grandes derrotas para os trabalhadores no Brasil e no mundo. Foi assim na falência da II Internacional Socialista na 1ª Guerra Mundial; na derrota da 1ª Revolução Chinesa de 1925/27; na ascensão de Hitler na Alemanha, em 1933, seguida da prisão e mortes de milhares de esquerdistas alemães; na derrota da Revolução Espanhola, em 1936/39; no acordo de não agressão de “Stalin- Molotov e Hitler-Ribentrop”, em 1939, e posterior invasão da URSS pelos nazistas; na divisão do mundo em áreas de influência, entre Roosevelt, Truman, Churchill e Stalin, nos acordos de Yalta e Potsdan, com a traição às revoluções socialistas na França e Itália, no pós 2ª Guerra Mundial; no Brasil, antes do Golpe de 1964 e no congelamento das revoluções portuguesa, angolana, moçambicana (1974) e nicaraguense (1979). Mais recentemente, podemos citar o governo do Syriza, na Grécia em 2013.

No Brasil: o “mal menor” é o governo Lula

Mesmo com todas essas lições da História, a discussão do “mal menor” sempre volta. Atualmente, no Brasil, os governistas alegam que falar mal do governo Lula é fortalecer a extrema-direita. Assim, petroleiros e trabalhadores dos Correios, que fizeram uma poderosa e justa greve nacional, em final de 2025, ajudaram os bolsonaristas, o “mal maior”.

O mesmo acontece com o ministro do STF, Alexandre de Moraes: na grande fraude financeira do Banco Master (cuja

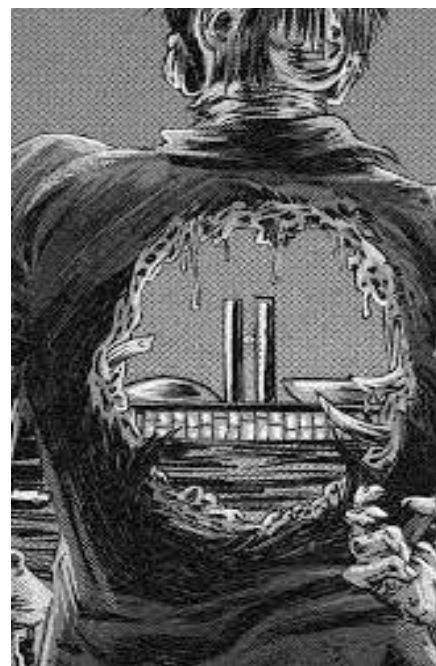
banca de advogados incluía a esposa de “Xandão”, com contrato de honorários milionários), os governistas não admitem críticas ao ministro, o mesmo togado que tem votado sistematicamente contra os trabalhadores na Corte.

Agora, depois de Lula ter um posicionamento covarde diante da invasão ianque à Venezuela, não se pode criticá-lo sobre isso, como também sobre o seu telefonema “amigável” a Trump, justamente quando o último foi emparedado pela Greve Geral em Minnesota e pelos protestos nos EUA.

Em no plano internacional, o “mal menor” é o chavismo, o regime dos aiatolás ...

Mas, no âmbito dos acontecimentos recentes no exterior é que o discurso do “mal menor” ganhou novamente corpo. Na recente invasão ianque à Venezuela, um setor da esquerda mundial mais uma vez “lacrou” qualquer crítica ao regime chavista. Sequer a possibilidade de discussão do surgimento de uma “quinta coluna” no interior do regime, pôde ser aventada. Isso quando Trump negocia abertamente com Delcy Rodrigues, substituta do aprisionado e sequestrado Maduro, descartando a opositora subserviente Maria Corina.

Já nos protestos populares no Irã, que redundaram em milhares de mortes e na tentativa de monarquistas, sionistas e imperialistas ianques em aproveitar os mesmos, muitos dessa dita esquerda se alinharam ao “mal menor”, o regime dos aiatolás, sob o argumento de que o mesmo é anti-imperialista e que sua derrocada favoreceria Israel e EUA. Lembrando: na Revolução



Iraniana de 1979 contra o Xá Reza Pahlevi, milhares de comunistas foram presos e mortos, pelo regime dos aiatolás. Isso sim foi um grande serviço aos imperialistas e sionistas.

Dentro dessa lógica, com o desejo de anexação de Trump da Groelândia, muitos adeptos do “mal menor” poderão defender que a ilha ártica continue em posse da Dinamarca, esquecendo de levantar a independência da mesma. Uma hipótese dentro do acordo costurado também por Lula entre o MERCOSUL e a União Europeia, que fará com que muitos elejam o imperialismo europeu como o novo “mal menor”.

“Mal menor” e “Mal maior” são faces do mesmo Capital

O abandono do discurso de independência da classe e a contínua escolha de “um mal menor” da classe burguesa pavimentarão novas derrotas para os explorados. Na verdade, é o silêncio de nossa parte sobre as medidas de ataques aos pobres de Lula, do chavismo e do regime dos aiatolás que fortalece a extrema-direita e não o contrário. Portanto, o Capital é o mal: só nos resta derrotá-lo.